

A. I. N° - 118505.0103/14-9
AUTUADO - ALLIANCE SUPLEMENTOS LTDA. - ME
AUTUANTE - LAURICE SOARES MENEZES
ORIGEM - IFMT - METRO
INTERNET - 11.12.2014

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0243-04/14

EMENTA: ICMS. EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). UTILIZAÇÃO IRREGULAR, EM ENDEREÇO DIFERENTE DAQUELE QUE FOI AUTORIZADO A FUNCIONAR. O simples fato de a máquina ter sido localizada em endereço distinto do qual foi autorizada a funcionar não permite a aplicação da penalidade prevista no art. 42, XIII-A, “c” da Lei 7.014/1996. É preciso que se prove o efetivo uso no referido local. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 24/02/2014, traz a exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor histórico de R\$ 13.800,00, sob a acusação de uso de equipamento de controle fiscal (ECF) em estabelecimento diverso daquele para o qual foi autorizado.

Da fl. 04 a agente de tributos autuante fez constar a seguinte descrição.

Em data, hora e local acima indicados, no exercício das nossas funções fiscalizadoras, constatamos (...) equipamento de controle fiscal BEMATECH MP – 2100 TH FI ECF – IF nº BE0511756 10000100901, lacre SEFAZ nº 0311830, autorizado para a empresa SCHITTINI REIS COM. DE SUPLEMENTOS NUT. PARA ATLETAS LTDA., I.E. nº 019.432.993, inapta no Cadastro da SEFAZ, leitura X nº 003175, COO 001485 e redução Z com movimento do dia 14/02/2012, COO nº 001488, às 14:44:24 horas, conforme cópias das mesmas anexas; encontrado em estabelecimento diverso daquele para o qual foi permitida a utilização, conforme TAO nº 13118505505006/14, e outros documentos anexos. Na oportunidade, intimamos o contribuinte para regularizar a situação. Este T. de Ocorrência Fiscal substitui o TAO nº 006/14, manual, lavrado no estabelecimento do contribuinte.

Na peça de impugnação (fls. 20 a 24), o sujeito passivo informa que a autuante compareceu ao seu endereço acompanhada de policial e que apreendeu a impressora fiscal com lacre da SEFAZ nº 0311830, a qual, embora estivesse no seu balcão, tinha autorização para funcionar na SCHITTINI REIS COM. DE SUPLEMENTOS NUT. PARA ATLETAS LTDA.

No dia da apreensão, que qualifica de ilegal, a autoridade estatal efetuou as leituras discriminadas à fl. 21.

A partir da análise dos extratos, sintetizados na mencionada folha (21), pode-se perceber – segundo alega – que não houve emissão de cupom fiscal por intermédio do referido equipamento, seja por si, seja por SCHITTINI REIS COM. DE SUPLEMENTOS. Em suma, não foi utilizado e não estava em funcionamento no seu estabelecimento.

No mesmo dia, 14/02/2014, a agente de tributos solicitou ao empregado do defendente que emitisse os cupons fiscais referentes às últimas vendas efetivadas no ECF, tendo sido informada que, apesar de o mesmo ter sido localizado no balcão, não estava em uso, pois “pertencia ao CNPJ da antiga empresa”, situada no Bairro de Matatu, Brotas, Salvador, Bahia.

Já o totalizador geral não se mostra apto a comprovar a emissão de cupons pelo impugnante, porquanto especifica as quantias relativas às vendas ocorridas desde o início da utilização, as quais não se verificaram no seu endereço.

Requer a improcedência da autuação.

A autuante junta informação às fls. 38 a 40.

Inicialmente, sublinha que a SCHITTINI REIS COM. DE SUPLEMENTOS se encontrava em situação irregular no Cadastro do ICMS e que o autuado, ao utilizar equipamento de contribuinte em tal situação, cometeu ilícito tributário.

Em seguida, destaca que da leitura X de fl. 05 consta que o movimento COO (controle de operações) foi na ordem de 3.175, e que o grande total (GT) informa o montante de R\$ 363.679,68.

Pede que a autuação seja ratificada por este órgão.

VOTO

O impugnante foi acusado de *utilizar* equipamento de controle fiscal (ECF) em estabelecimento diverso daquele para o qual foi autorizado, e por isso foi proposta a multa em enfoque.

O §1º do art. 208 do RICMS/2012/BA estatui a vedação da *utilização* de equipamento em estabelecimento diverso daquele para o qual foi permitido o uso do ECF, ainda que pertencente ao mesmo titular.

Veja-se que tanto a acusação quanto o dispositivo regulamentar que lhe serviu de fundamento dizem respeito à *utilização*. Em resumo, para que se caracterize o ilícito, é essencial que reste demonstrado o uso em local proibido, ou não permitido, o que não ocorreu.

Os totalizadores gerais de fl. 05 (3.175 e R\$ 363.679,68), aos quais se refere a autuante, são relativos, como o próprio nome indica, aos totais das operações passadas, pretéritas, em relação às quais não está comprovado terem ocorrido no estabelecimento autuado.

A “*VENDA BRUTA DIÁRIA*” do dia da apreensão, assim como todos os números do “*Resumo Consolidado*” de fl. 05 indicam que não ocorreram vendas no dia da apreensão (14/02/2014), pelo que, por motivos óbvios, não se pode concluir que tenha havido flagrante de *utilização* em estabelecimento diverso do permitido.

O simples fato de a máquina ter sido localizada em endereço diferente do qual foi autorizada a funcionar não permite a aplicação da penalidade prevista no art. 42, XIII-A, “c” da Lei 7.014/1996. É preciso que se prove o efetivo uso no local.

A questão da suposta irregularidade da situação cadastral da sociedade SCHITTINI REIS COM. DE SUPLEMENTOS NUT. PARA ATLETAS LTDA. não tem relação com o lançamento de ofício em análise.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **118505.0103/14-9**, lavrado contra **ALLIANCE SUPLEMENTOS LTDA. – ME**.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de dezembro de 2014.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE / RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA